

Vanessa Avila Costa

ARQUEOLOGIA DAS MARGENS: pensando paisagens e fronteiras

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias que “falam”. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os[as] caminhantes.

Michel de Certeau (1994, p. 179).

Procuro por caminhos e percursos. Procuro por aqueles caminhos que foram estabelecidos por uma ordem de poder e nos foram impostos, imprimindo um modo de viver. Procuro pelos trajetos da urbe que, com o próprio ato de caminhar, desbravamos, cotidianamente, apreendendo o sentido das caminhadas pela cidade de Certeau (1994). Procuro, sobretudo, pelos sujeitos que subvertem caminhos e percursos, negando e burlando a normatividade do urbano. São eles que constroem a paisagem da cidade, que está em constante transformação. As trajetórias, por sua vez, como diz Certeau na epígrafe deste texto, tem voz, elas nos “falam” sobre os caminhos que devemos seguir, e nós escolhemos segui-los ou não. A paisagem enquanto coisa é coisificada, é viva; é porosa e fluida, perpassada por fluxos vitais, integrada aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente (INGOLD, 2012, p. 25). Desse modo, conforme Ingold (2005, p. 107), descobrir-caminho depende, acima de tudo, da afinação dos movimentos do(a) viajante em resposta aos movimentos, nas suas redondezas, de outras pessoas, animais, o vento, massas celestiais, etc.

Nesse emaranhado de interações, humanos e não humanos são todos protagonistas (INGOLD, 2010) e “sujeitos de paisagem” (BESSE, 2006, p. 143).

Segundo Tramasoli (2015, p. 62), a paisagem, antes de mais nada, tem a ver com estar no mundo. Para o autor, pensá-la é pensar no ver, no cheirar, no aquecer ou no esfriar, no desviar do(a) outro(a), no parar embaixo do toldo, no olhar por onde pisa enquanto passeia pelo chão de estrelas (p. 63). Pensar o urbano é pensar a paisagem, que é heterogênea, porque nela coexistem diversas temporalidades inscritas na sua materialidade, abarcando diferentes visões de mundo e de valores das pessoas que a habitam (ALFONSO e RIETH, 2016, p. 132). Se pode dizer que ela é memória e palimpsesto (CERTEAU, 1994, p. 35), pois, de acordo com Ingold (2005, p. 101), lugares envolvem a passagem do tempo: não são do passado, nem do presente, nem do futuro, mas todos os três unidos em um só.

Ressalto, portanto, a importância da compreensão do papel da materialidade na construção de sujeitos em cada contexto histórico e cultural (RUIBAL, 2012, p. 111), levando em conta que a paisagem promove objetivos políticos, econômicos, sociais e os expressa (THIESEN, 1999, p. 24). Desse modo, atua na configuração das sociedades, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências (SOUSA, 2005, p. 295). Este é o sentido ao qual proponho a reflexão de uma arqueologia da paisagem, cujo olhar será direcionado às margens. O que, afinal, é margem? É possível apreender as margens de uma paisagem?

Para Das e Poole, é através das margens que podemos compreender o Estado, sendo este uma presença fantasmagórica ou inevitável que molda o sentido e a forma que o poder toma em qualquer sociedade (2008, p. 21). Como destacam as autoras, a margem está em contínua negociação com o Estado (o centro), configurando relações de troca entre sujeitos e, portanto, não podem ser definidas, já que não são estáticas. As margens, dentre outras formas, podem ser entendidas como o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina, levando em conta que o poder soberano exercido pelo Estado não é exercido somente sobre o território, é exercido também sobre os corpos (p. 25). Já Agier (2015) entende que a cidade deve ser apreendida a partir de suas margens, que é constituída em meio a uma rede de conflitos e tensões. Pensar a cidade é pensá-la em movimento; é refletir sobre as narrativas que ela impõe às pessoas, que a (des)constróem cotidianamente. Desse modo, para o autor, margem é uma posição tanto política como epistemológica, que pode ser definida a partir do que não se enquadra no conceito de habitar.

A paisagem das margens é uma construção feita no contemporâneo da cidade, que tem suas raízes fincadas no passado. O ideal de cidade se

faz (AGIER, 2015). Ora, se ele é feito, ele pode ser desfeito(?). Todavia, jamais é inocente: o ideal de cidade está introjetado na paisagem, que opera no intuito de excluir, separar, hierarquizar e disciplinar indivíduos, impondo-os normas – modos de ser e estar na cidade. A óptica racional urbana prevê o tratamento do que convencionou-se chamar de patológico em contraposição ao normal (SCHIAVONI, 1998), que atua no exercício do controle sobre os corpos. Se a disciplina “fabrica” indivíduos (FOUCAULT, 1999, p. 143), a paisagem das margens fabrica pessoas através de suas narrativas de naturalização da cidade normatizada. Se a paisagem exclui, ela também inclui, selecionando quem pode estabelecer relações sociais em determinados espaços. Afinal, se pode dizer que a paisagem da cidade é pensada para todas as pessoas?

Nesse sentido, trago a perspectiva de Leite (2010), de paisagens espetacularizadas, também chamadas por Zukin (1995 apud LEITE, 2010) de “paisagens de poder”. A formação dessas paisagens está intimamente ligada aos processos de enobrecimento urbano (gentrificação), a partir da sua conformação às demandas da especulação imobiliária por meio de um projeto arquitetônico fabuloso, que constrói discursos de segurança, ordenamento e limpeza urbana para promover o seu uso pelas elites, ou ainda, a volta das elites à paisagem agora espetacularizada (LEITE, 2010). Configura, dessa forma, na paisagem urbana do presente, a higienização social, assim como ocorrera no passado, atrelada a discursos que legitimam a remoção de pessoas vistas como indesejáveis pelo poder do centro da cidade (Cf. PESAVENTO, 1998). Afinal, nas palavras de Ruibal (2012, p. 106), o passado, ao contrário do que muitos pensam, não passa tão facilmente. Ele insiste em permanecer no presente e, às vezes, em envenená-lo.

Na paisagem urbana são produzidos espaços com forte inflexão segregacionista mediante demarcações socioespaciais que fomentam a fragmentação do espaço em diferentes lugares (LEITE, 2009 apud LEITE, 2010, p. 75), e assim são construídas as fronteiras. Mas, como a paisagem legitima narrativas de exclusão a partir das fronteiras? Considerando que as fronteiras são espaços, especialmente, simbólicos, em que as diferenças e assimetrias estão bem demarcadas (SILVEIRA, 2005, p. 23), se pode dizer que elas atuam na seleção de grupos sociais que podem conviver em determinados espaços, estabelecendo relações de poder. Podem ser compreendidas como zonas intermediárias que separam, mas que também permitem, favorecem e, mesmo, obrigam a comunicar e relacionar domínios (THIESEN, 2005, p. 132).

Pensar fronteiras implica refletir sobre categorias sociais como classe, gênero, sexualidade, raça/etnia, idade e, também, deficiência física, uma vez que a pluralidade cultural constrói o que Bhabha (1998) chama de “entre-lugar”. Segundo o autor, os “limites” epistemológicos de ideias

etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas (BHABHA, 1998, p. 23–24).

A paisagem, imersa em fronteiras que a definem e a limitam – e que, por isso, são naturalizadas –, age na exclusão de parte significativa da população, que é impossibilitada de interagir nesses espaços (LEITE, 2010, p. 83). Porém, ainda que ela carregue uma ordem de poder junto a si, o(a) transeunte produz caminhos próprios, desloca os já existentes e inventa outros, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais (CERTEAU, 1994, p. 178). A essas práticas Certeau (1994) denominou táticas de resistência. Para o autor, a tática não tem por lugar senão o do(a) outro(a). E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (p. 100). Desse modo, o(a) caminhante burla o ordenamento da paisagem, transgredindo fronteiras que também são ressignificadas, dando outros sentidos de uso ao espaço. Leite (2010) chamou essa ressignificação de contra-usos, que pode ser compreendida como uma tática simbólica de contestação e afrontamento (p. 83), já que as pessoas acabam utilizando um determinado espaço de diferentes formas que não correspondem àquela ao qual ele foi construído.

As mesmas fronteiras que impedem determinados grupos sociais de adentrar certos espaços, existem na sua fluidez, na sua capacidade de se (re)inventar. É esta fluidez, observada a partir de Agier (2015), que traz à tona o sentido de margens, para pensar uma Arqueologia das Margens. A fronteira se faz, se refaz e se desfaz. Como coloca o autor, algumas práticas polêmicas ou eventualmente minoritárias – a partir das margens, das fronteiras, do precário, do vazio e da desordem – mostram um desejo e um apelo em direção a um horizonte de cidade sonhada, virtual ou ideal (p. 1). Ora, se a cidade é virtual, ela está em movimento. É coisa porque existe na sua coisificação (INGOLD, 2012, p. 33). Se margens não são inertes (DAS e POOLE, 2008, p. 34), fronteiras também não são. Por isso, podem ser entendidas, partindo da perspectiva de Bhabha (1998), como “entre-lugar”. Conforme o autor, a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimular ao da articulação ambulante, ambivalente, do além (p. 24); onde o espaço intermediário “além” torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora (p. 27).

Conseqüentemente, são criadas pelos(as) não-usuários(as) de determinados espaços, zonas de instabilidade que circundam esses espaços, ou neles adentram, instituindo pontos de tensão pela disputa prática e simbólica da cidade (LEITE, 2010, p. 83). À luz de Certeau (1994, p. 174), a linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do

poder panóptico.

A paisagem das margens é viva porque adquire um sentido próprio de experienciar e vivenciar as fronteiras. Pois, é no contrário da captura e da contenção – na descarga e vazamento – que descobrimos a vida das coisas (INGOLD, 2012, p. 35), logo, da paisagem. Como salienta Ingold (2012), os materiais escapam do controle e, por isso, é preciso exercer a vigilância para que as coisas se mantenham intactas. Segundo o autor, por mais que a sociedade moderna tenha tentado, através da engenharia, construir um mundo material à altura das suas expectativas – ou seja, um mundo de objetos discretos e bem ordenados –, suas aspirações são constantemente frustradas pela recusa da vida em ser contida (p. 36–37). Portanto, se pode dizer que a paisagem das margens transborda as fronteiras. Por estar em movimento, ela contesta a norma, escoia pelos limites, se transformando dia após dia.

Se a paisagem está conosco, não contra nós e, através da vivência nela, ela torna-se uma parte de nós, assim como nós somos uma parte dela (INGOLD, 1993), então nós somos a própria paisagem, pois a construímos e, por sua vez, ela nos constrói cotidianamente enquanto sujeitos. É Bhabha (1998, p. 20) quem faz o seguinte questionamento: De que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? E é esta reflexão que deve constituir um dos pontos de partida para guiar o fazer do que chamo aqui de Arqueologia das Margens.

Por último, saliento que esta Arqueologia assume o seu engajamento político com o social. Parafraseando Agier (2015), ela reivindica o direito à paisagem pelos grupos que estão em processos de exclusão no contemporâneo da cidade. E, nesse sentido, é importante levar em conta que a situação de subalternidade em que eles se encontram no presente tem raízes não em um passado, mas em diferentes passados de opressão e, conseqüentemente, de “resistências cotidianas” – as táticas de Certeau (1994) –, de negociações e trocas, e que, não evocar esses passados é continuar silenciando-os.

O seu papel é produzir contra-narrativas a partir do reconhecimento dos patrimônios das comunidades, para trazer o sentido de representatividade aos(as) envolvidos(as). Construir, no presente, outros passados que não são aqueles dos “vultos da história” (homens brancos da elite, assumidamente heterossexuais, e cisgêneros), mas de grupos que subvertem, no cotidiano, a normatividade estabelecida por um ordenamento urbano que não pensa na sua pluralidade de ser e habitar, que lutam pelo seu direito à cidade (AGIER, 2015, p. 483) e, assim, desconstroem, de diversas formas, as fronteiras que lhes são impostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. SCHIAVON, Carmem; PELEGRINI, Sandra (Org.). Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

INGOLD, Tim. The temporality of the Landscape. In: JULIAN, T. (Org.). **Interpretive Archaeology: a Reader**. London and New York: Leicester University Press, 1993. p. 5-22.

_____. Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 76-110, 2005.

_____. **No more ancient; no more human: the future past of archaeology and anthropology**. See Garrow & Yarrow, 2010.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

LEITE, Rogério. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 73-88, 2010.

COSTA, Vanessa Avila. Arqueologia das margens: pensando paisagens e fronteiras **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2018.

PESAVENTO, Sandra. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho - 1880-1920. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

RUIBAL, Alfredo González. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

SCHIAVONI, Alexandre. **Positivismo e loucura**: revisitando o Positivismo. Canoas: La Salle, 1998.

SILVEIRA, Flávio. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

SOUSA, Ana Cristina. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 291-300, 2005,

TRAMASOLI, Felipe. **Arqueologia da Cidade Cinza**: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2015].

THIESEN, Beatriz. **As paisagens da cidade**: Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Rio Grande do Sul, [1999].

_____. **Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana**: Arqueologia da Bopp irmãos (1906-1924). 2005. 264 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - PUCRS. Porto Alegre, [2005].

AUTORA

Vanessa Avila Costa

Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (área de concentração em Arqueologia) da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: vanessaavilacosta@hotmail.com .

Recebido em: 05/04/2018.
Aprovado em: 27/08/2018.
Publicado em: 28/10/2018.